



PARECER PRÉVIO Nº 80/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12209/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Codajás.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Antônio Ferreira dos Santos - Prefeito Municipal de Codajás.
- 6- **Advogado:** Antônio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177, Mariana Pereira Carlotto - OAB/AM 17299, Adrimar Freitas de Siqueira Repolho - OAB/AM 8243, Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos - OAB/AM 8446 e Ayanne Fernandes Silva - OAB/AM 10351.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3362/2023-MPC/CASA, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Codajás. Exercício de 2021.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "A" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas Anuais da Prefeitura Municipal de **Codajás**, referente ao exercício de **2021**, de responsabilidade do **Sr. Antônio Ferreira dos Santos**, Prefeito Municipal de Codajás e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da Constituição Estadual/1989, com redação da EC nº 15/1995, art. 18, I, da LC nº 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996, e art. 5º, I, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº 09/1997.

- 11- **Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 13 de Junho de 2023.



PARECER PRÉVIO Nº 80/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 80/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 80/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 12209/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Codajás.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Antônio Ferreira dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Antônio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177, Mariana Pereira Carlotto - OAB/AM 17299, Adrimar Freitas de Siqueira Repolho - OAB/AM 8243, Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos - OAB/AM 8446 e Ayanne Fernandes Silva - OAB/AM 10351.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3362/2023-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Codajás. Exercício de 2021.

Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “A” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Determinar à Origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas anuais:

- a. Descumprimento do prazo de publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO/2021 ao TCE/AM, inerente ao 1º, 2º, 3º e 4º bimestres de 2021 ao sistema E-Contas (GEFIS);
- b. Descumprimento de prazo de envio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, com atrasos de remessas do 1º, 2º, 5º e 6º bimestres de 2021, ao sistema E-Contas (GEFIS);
- c. Descumprimento do prazo de publicação dos demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal - RGF inerente ao 1º e 2º semestres de 2021 ao sistema E-Contas



ACÓRDÃO Nº 80/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 80/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

(GEFIS);

d. Desatualização do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Codajás.

10.2. Determinar o encaminhamento deste Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Codajás, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas;

10.3. Determinar à Secretaria de Controle Externo – SECEX, que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às Contas de Gestão, mencionadas nos **itens de 01 a 13 da DICAMI**, bem como aqueles referentes à possível imputação de **multas dos itens 14 a 17**, que se referem a Atos de Governo, todas listadas na fundamentação deste Voto;

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno, que dê ciência do desfecho destes autos ao interessado, bem como à Câmara Municipal de Codajás e à Prefeitura Municipal.

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Junho de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral